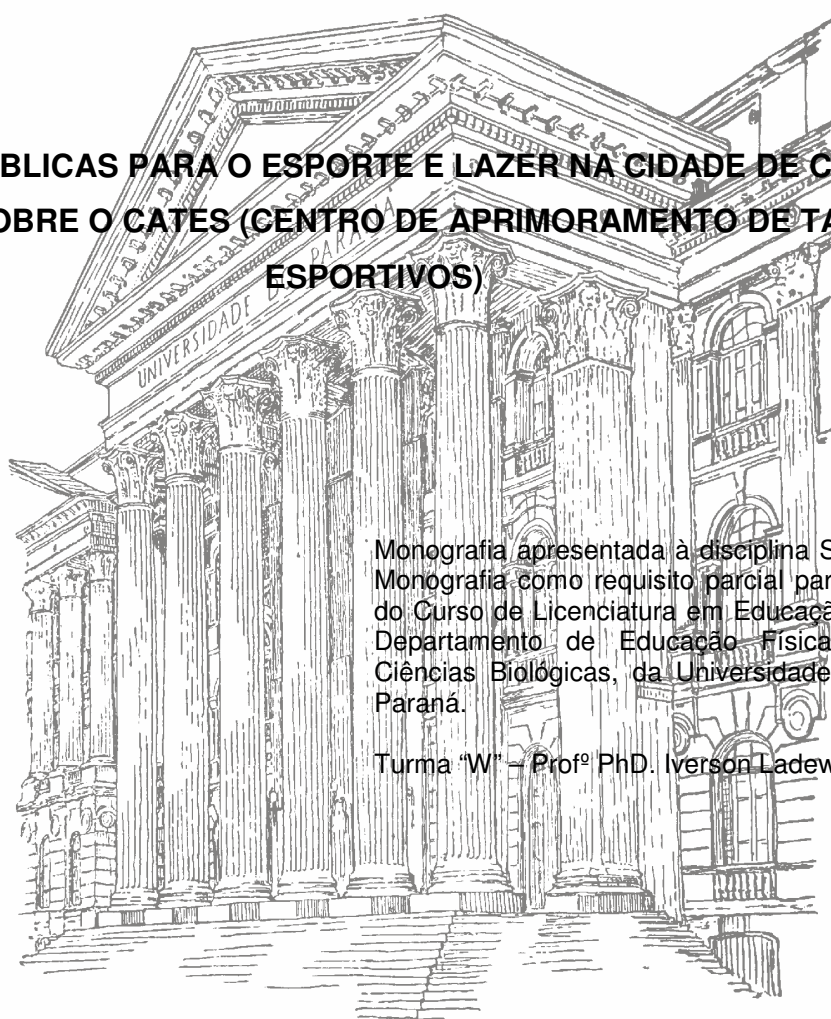


WAGNER FRAGOSO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER NA CIDADE DE CURITIBA:
UMA VISÃO SOBRE O CATES (CENTRO DE APRIMORAMENTO DE TALENTOS
ESPORTIVOS)**



Monografia apresentada à disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Turma "W" – Profº PhD. Iverson Ladewig

**CURITIBA
2005**

WAGNER FRAGOSO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER NA CIDADE DE CURITIBA:
UMA VISÃO SOBRE O CATES (CENTRO DE APRIMORAMENTO DE TALENTOS
ESPORTIVOS)**

Monografia apresentada à disciplina Seminário de Monografia como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Turma "W" – Prof^o PhD. Iverson Ladewig

ORIENTADOR: PROF^o FERNANDO AUGUSTO STAREPRAVO

"Comece tudo o que você possa fazer ou sonha poder. A ousadia tem dentro de si genialidade, poder e magia". (Goethe)

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus, Senhor de todas as vontades e provedor de todas as virtudes, que tantas vezes me ajudou a controlar a ansiedade e o desânimo dando-me forças para concluir este curso.

À minha família, principalmente à minha avó Aparecida Fragoso (*in memoriam*), pelos valores morais e ensinamentos de honestidade, humildade, respeito e responsabilidade adquiridos durante a vida.

Ao grande amigo e incentivador Professor Oscar Perin, da Paraná Esporte, que acreditou no meu potencial e me cedeu oportunidades de desenvolver bons trabalhos e adquirir conhecimentos importantes no âmbito profissional e pessoal.

Ao meu orientador e amigo Fernando Starepravo pela grandiosa ajuda na elaboração deste trabalho.

Aos grandes amigos, Victor e Cauan cuja amizade cultivada até aqui, durante a trajetória acadêmica, perdurará por muito tempo.

Por fim, agradeço também ao professor Hiran e a equipe do CATES, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Curitiba, pelo fornecimento de dados imprescindíveis para conclusão deste trabalho e pela gentileza e atenção com que me receberam.

SUMÁRIO

RESUMO	V
1.0 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA	1
1.2 HIPÓTESES.....	1
1.3 JUSTIFICATIVA	2
1.4 OBJETIVOS.....	2
1.4.1 OBJETIVOS GERAIS.....	2
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2
2.0 REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO ESPORTE MODERNO.....	3
2.1.1 O ESPORTE MODERNO E A SOCIEDADE AO LONGO DO TEMPO	4
2.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER.....	8
2.2.1 DO ESPORTE.....	8
2.2.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	9
2.3 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM CURITIBA	13
2.4 O PROGRAMA CATES	14
2.4.1 MODALIDADES ESPORTIVAS.....	15
2.4.2 Os OBJETIVOS DO CATES	15
2.5 AS VERTENTES DO CATES	16
2.5.1 O CATES CELs	16
2.5.2 O CATES CONVÊNIOS	16
2.5.3 O CATES ASSOCIAÇÕES.....	18
2.6 AVALIAÇÕES DO CATES.....	19
3.0 METODOLOGIA	21
4.0 DISCUSSÃO	22
5.0 CONCLUSÕES	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

RESUMO

Estudar políticas públicas é de fato algo recente dentro da educação física. Em inúmeros cursos de graduação, existe uma disciplina voltada a essa área, senão, ao estudo da sociologia do esporte ou da educação física. Para analisar o esporte, dentro do que vem a propor este trabalho, faz-se um estudo breve de sua história e de como este foi e vem sendo utilizado pela sociedade. Ao longo dos tempos o Estado utilizou o esporte como forma de impor suas vontades, manipulando a população frente a seus interesses. De outra forma, também foi utilizado como um segregador de classes. A partir da insurgência dos governos democráticos, a população passa a reivindicar soluções a suas necessidades, não ficando de lado a ocupação de seu tempo livre com algum tipo de atividade, como as atividades físicas, por exemplo. Justamente a partir destas solicitações que o governo passa a elaborar políticas voltadas para o social. Tais políticas devem zelar pelo bem estar da população, não devendo ser excludentes, mas sim democráticas e oferecer condições iguais a todos os componentes da sociedade. O CATES, um programa da prefeitura municipal de Curitiba, se mostra como uma política pública social, a partir da teoria de seu projeto, que fornece não só atividades a uma faixa etária ou comunidade restrita, mas sim, envolve locais mais afastados do centro da cidade atendendo e propiciando a estas a prática e o convívio com modalidades esportivas, dando subsídios às comunidades para que estas ganhem autonomia e organizem-se em associações de bairro, gerando melhor integração e promoção do projeto.

1.0 INTRODUÇÃO

Abordar um tema destinado a políticas públicas de esporte e lazer, é como abrir um leque com grandes dimensões. Tais políticas podem se concentrar de várias formas, e de acordo com a estrutura política de nosso país, podem estar segregadas a nível Federal, Estadual e Municipal.

Estudar políticas públicas, analisando todo o processo desde sua elaboração até sua implementação e desenvolvimento, pode tornar-se um tema por demais extenso, envolvendo demais áreas, como economia, administração e outras. Portanto, procura-se restringir neste trabalho, um estudo pautado na sociologia e historiografia do esporte, que é área pertinente aos interesses da educação física e seus estudiosos. Como supramencionado, também há de se realizar uma análise da estrutura política do nosso país, que faz com que o presente trabalho seja delimitado ao nível municipal, tornando-se objeto de estudo um programa específico da Prefeitura Municipal de Curitiba, o GATES (Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos), desenvolvido dentro do planejamento administrativo para a área de esporte e lazer na cidade durante o mandato do candidato eleito pelo PFL (Partido da Frente Liberal), Cássio Taniguchi nas eleições municipais do ano 2000, para a sua segunda gestão, durante o período compreendido entre os anos de 2001 e 2004.

1.1 PROBLEMA

O projeto GATES da prefeitura municipal de Curitiba é uma política social pautada no esporte com intuito de atender a população de uma forma democrática ou trata-se de uma seleção dos melhores, com o objetivo de formar apenas atletas caracterizando-se então como uma política excludente?

1.2 HIPÓTESES

O programa GATES poderá ser uma política social para todos ou seleciona talentos esportivos.

1.3 JUSTIFICATIVA

Num contexto histórico o esporte foi usado, em muitos casos, não apenas como um direito universal ou prática de lazer, mas também como forma de manipular a população frente aos interesses do Estado ou na forma elitista de qualificar e classificar classes sociais. Sendo assim, analisar as políticas públicas para o esporte e lazer, mesmo que restringindo esse trabalho apenas ao âmbito municipal, remonta a esse contexto, se o esporte é utilizado como objeto para segregar pessoas em grupos ou classes e/ou para servir de solução imediata frente a outros problemas sociais.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivos Gerais

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise do contexto histórico e social do esporte, como foi utilizado durante os tempos pela sociedade e pelo poder público. A partir disso, procurar traçar paralelos ou divergências através da análise de um programa de políticas públicas para o esporte e lazer atualmente empregado, o programa CATES da prefeitura municipal de Curitiba.

1.4.2 Objetivos Específicos

Verificar se o programa CATES, na análise teórica de seu projeto, se caracteriza como uma política social ou uma política pública para o esporte de alto rendimento.

2.0 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO ESPORTE MODERNO

A fim de se entender um pouco sobre o que vem a ser esse fenômeno denominado esporte, torna-se indispensável analisar algumas das causas que resultaram em seu surgimento e na sua aplicação à sociedade durante o transcorrer dos tempos. Sendo assim, este tópico sintetiza os aspectos históricos do surgimento do esporte moderno.

A sociedade europeia praticava atividades corporais de cunho competitivo. Tais movimentos, denominados jogos populares, tinham o objetivo cultural de celebrar alguns fatos sociais, como as festas religiosas ou as colheitas, por exemplo, conforme observado nas classes populares inglesas até meados do século XVIII (BRACHT, 1997, p.10).

Porém, antes desse aspecto dos jogos populares e celebração de acontecimentos sociais, o esporte era utilizado com fim último na preparação para a guerra, praticado de forma violenta, não observando confraternizações nem modos civilizados ou de etiqueta. Tal evolução a obediência de regras e respeito ao adversário passaram a ocorrer na idade média, baseada no estilo de vida da corte (nobreza), incorporando algumas normas praticadas por esta classe, ou seja, começam a seguir algumas normas civilizatórias em sua prática (SALGUEIRO, 2002, p. 02).

Com a chegada do século XIX, ocorrem algumas mudanças nos meios de urbanização e de industrialização que vêm a influenciar a população, modificando essa estrutura de jogo popular para uma intensificação maior aos ideais da competitividade, de respeito às regras e ao espírito do fair play durante as práticas corporais. Os jogos populares passarão a ser perseguidos pelo poder público, assim como ocorrido com a capoeira no Brasil que representava, para as autoridades, uma ameaça à propriedade e a ordem pública. Porém, na Inglaterra, é no espaço escolar (public schools) que estes jogos vão sobreviver e passarem a ser regulamentados, caracterizando o esporte tal qual o temos hoje (BRACHT, 1997, p.10).

Espalhando-se pelo mundo, com o seu intuito competitivo e normatizado, mas não de maneira profissionalizada, como vemos hoje em muitas modalidades e sim

com um interesse a prática amadora, o esporte vai ganhando diversos adeptos em suas mais variadas formas. Isso ocorreu com o futebol, na Inglaterra, por exemplo. Essa modalidade tornou-se tão praticada e difundida entre a população da classe trabalhadora que era possível verificar durante os fins de semana, a aglomeração de vários praticantes e inúmeros espectadores durante as partidas por várias partes do país. Eram as pessoas praticando e assistindo o esporte, gerando a partir de então, algumas características próprias que este passou a adquirir e incorporar.

Devido o esporte possuir essa peculiaridade de reunir praticantes e admiradores, e da proporção como se difundia pelas mais variadas nacionalidades, em 1866, o Barão de Coubertin, fascinado pelo tipo de disputa e admiração do sistema das public schools inglesas, idealiza e executa os jogos olímpicos da era moderna, disputado sob essa nova visão de atividade corporal e competitiva, consagrando e firmando ainda mais o que é hoje o esporte moderno, que viria a organizar-se profissionalmente também nessa mesma época, como é o caso do futebol e dos clubes europeus.

Pode-se notar que a instauração dos jogos na escola inglesa, implicou no surgimento do que hoje denominamos esporte, possuidor de características próprias assumidas, como o secularismo, a igualdade de oportunidades nas competições e as suas condições, a especialização das regras, racionalização possibilitando sua internacionalização, organização burocrática, impulso para a qualificação e a busca de recordes, conforme evidencia GUTTMANN citado por BRACHT (1997, p.10,11).

2.1.1 Esporte Moderno e a Sociedade ao Longo do Tempo

Sintetizada a demonstração do surgimento do esporte moderno, passamos agora a analisar como este assumiu algumas características dentro da sociedade e como o Estado encampou este como uma estratégia para satisfazer algumas necessidades de interesse político.

O esporte foi se espalhando pelo mundo de maneira a influenciar comportamentos e construir algumas regras sociais. Como exemplo, podemos citar a formação do “Gentleman” inglês, onde um dos pré-requisitos para ostentar tal título, era a prática de determinadas modalidades esportivas. Para ser digno da nobreza, era de valia aos jovens aprenderem a montar e caçar, como componente

indispensável para as boas maneiras e costumes da alta classe inglesa. (Neste caso, vemos o esporte utilizado como forma de distinção entre as classes). Até as escolas inglesas tinham seu nível ou graduação estabelecida na elite de acordo com a participação em competições esportivas contra outras escolas (HOBBSAWN, 1988, p.252).

Nos exemplos supramencionados, verifica-se como o esporte era utilizado de forma elitista, da formação de um ser da aristocracia inglesa ao status e reconhecimento das instituições de ensino, caracterizando as atividades e competições planejadas e organizadas puramente para esse fim, sem nenhuma preocupação com as classes menos favorecidas quanto à prática esportiva e formação social.

Separador de classes sociais (a Nobreza, a Burguesia (classe média) e a classe Trabalhadora), o esporte adquiria algumas peculiaridades quanto à modalidade que estas praticavam. Equitação e caça, por exemplo, eram designadas e classificadas como atividades exclusivas da classe nobre. A classe média, por sua vez, encontrou no Tênis, esporte ideal do subúrbio, segundo HOBBSAWN (1988, p.257), a forma perfeita de sociabilização, de integrar famílias e de promover o encontro de parceiros (casamentos) entre os membros pertencentes a esta classe. Os trabalhadores, como já citado, dispunham do futebol, de forma amadora, ao qual praticavam e lotavam espaços destinados a estes em suas horas de não trabalho.

Com essa ocupação do tempo livre pela classe trabalhadora, GEBARA (1995, p.127) destaca que já no final do século XIX, o esporte é utilizado como forma de manter a ordem social e suprir reivindicações dessa classe, verificando que o futebol passa a massificar-se pela Europa nas primeiras décadas do século XX devido a esse fato.

Gerado por essa solicitação das classes e a disposição do tempo para os trabalhadores (“o tempo de não trabalho”), surge uma preocupação do Estado em gerenciar este ócio, mesmo que de forma a manipular a população, canalizando os problemas sociais em soluções imediatistas, como a prática desportiva, que foi sendo usada para mascarar as diferenças e desigualdades na sociedade industrial da época.

O esporte passa a ser utilizado para inúmeras funções e supostas soluções impregnadas pelo Estado para evitar possíveis revoltas contra sua soberania e

apesar do discurso de democratizá-lo, fato que não ocorria, visto que para tal era necessária atender a todos dentro da população, incluindo num todo, pessoas que não se encaixavam no mercado de trabalho, como crianças, idosos e deficientes.

O Estado Alemão, durante a administração nazista, utilizou bem esse artefato (o esporte), incentivando o cidadão desde criança a praticar alguma atividade voltada à atenção e manutenção da capacidade física do corpo. Essa massificação esportiva caía aos olhos do povo como forma para melhora da saúde e o culto olímpico como forma de elevar a dignidade. Porém, o que se pretendia mesmo, era formar, a partir deste instrumento, homens capazes de lutar em contratempos diversos (guerras) demonstrando uma supremacia da raça, ou seja, o esporte é utilizado como uma máscara, tapando problemas administrativos e descontentamentos e manipulando o povo em prol da ideologia empregada naquele Estado (LENHARO, 1986, p.81).

Manipulados e premiados, estes eram chamados desportistas, que conquistavam méritos cedidos pelo Reich. Tais méritos eram dados quando se conseguia manter índices pré-determinados em cinco modalidades: natação, saltos, corridas, lançamentos e ginástica. Consolidando o índice, o jovem ganhava uma medalha de bronze. A medalha de prata era dada àqueles que obtivessem tais capacidades após os 32 anos de idade ou quem mantivesse suas marcas por mais de oito anos. Ouro era ofertado a quem continuasse diminuindo ainda mais as suas marcas antes alcançadas.

Como se nota, era uma política voltada diretamente ao interesse de sobrepôr a raça alemã sobre diversos fatores externos ao país, bem como manter uma ordem interna neste, ocultando a tensão que o regime nazista enfrentava, frente as possíveis invasões que o território poderia sofrer de inimigos do regime autoritário, portanto, a formação destes corpos fortalecidos através das modalidades esportivas era imprescindível para a composição de tropas de defesa do Estado.

Não só a Alemanha se prendeu a esse detalhe, como também inúmeros outros países assim fizeram. No Brasil, o esporte foi utilizado, no ano de 1938, logo após a implementação do Estado Novo, com intuito de aproximar os interesses políticos procurando uma melhor aceitação do povo ao novo sistema implantado. Percebendo a penetração que o futebol tinha entre as classes populares, já que se tratava de ano de copa do mundo e o assunto era noticiado freqüentemente na

imprensa, o governo getulista passou a aproximar a modalidade a um sentimento nacionalista, procurando alinhar os seus ideais junto ao bom comportamento (resposta) da sociedade perante sua administração (FILHO; FERREIRA; CORRÊA, 2004, p. 418). Outro fato no país, também pode ser observado durante a Ditadura Militar instaurada, em que se procurou no esporte mais formas de aumentar o nacionalismo e ocultar problemas internos. Durante a copa de 70, na campanha do Tri-campeonato mundial de futebol no México, houve um grande trabalho publicitário envolvido a este evento. Foram criadas desde marchinhas até programas políticos destinados a vincular o futebol brasileiro como símbolo de expressão da força e potencial do nosso país. Também foi lançado o “Brasil Potência”, com investimentos nas áreas de tecnologia e pesquisa, visando transformar o nosso país numa potência olímpica. Exaltando atletas, acomodava-se a população a idolatrar o país, promovendo um sentimento patriótico que o esporte proporcionava. Tudo para disfarçar crises em alguns setores e o descontentamento da população com a situação política da época.

Despertando o interesse da população, a Educação Física, mais baseada nos ideais competitivos do esporte, passa a ser voltada ao povo, pautada no lazer e desporto lúdico (amador). A população começa a reivindicar política públicas para a prática do esporte e melhor utilização dos espaços públicos.

O Estado, de olho na situação, passa a se preocupar com a elaboração de políticas públicas para o esporte e lazer, desenvolvendo nas escolas o modelo europeu do EPT (Esporte Para Todos), como forma de promover a prática esportiva nestas instituições promovendo não apenas a prática, mas também a descoberta de possíveis talentos.

Renegando as reivindicações populares, as políticas públicas para o esporte e lazer, muitas vezes deixam de lado os ideais democráticos e da cidadania que a sociedade tanto solicita. Em ZINGONI (1998, p.34), podemos encontrar argumentos que refletem a realidade atual, onde o esporte confunde-se com a doação de materiais, principalmente em épocas de campanhas políticas. Espelha-se no modelo da pratica de alto rendimento, no esporte espetáculo, que geram segregação entre as pessoas que praticam essa ou aquela modalidade. Além disso, quando ocorrem acontecimentos em prol da pratica esportiva entre a população, tratam-se de eventos passageiros, sem reflexos sociais contínuos, não atendendo as

necessidades a quem se destina (à população) e gerando ainda mais desigualdades.

2.2 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Na sociedade vimos que o esporte era utilizado, ao longo dos tempos, por diversos fatores e diversas formas. Da maneira de identificar uma classe á manipulação do povo, o esporte foi muitas vezes não ofertado como um direito universal, algo que a sociedade realmente reivindicasse, mas sim com forma de encaixar as pessoas nos moldes ditados pela minoria dirigente.

A partir das evoluções político administrativas ocorridas em muitos países, que deixaram de lado regimes totalitários dando lugar a democracia e maior participação popular (ao menos o que diz a teoria), passa-se a ficar mais evidente as necessidades e ensejos da sociedade quanto a políticas sociais, voltadas ao seu bem estar e desenvolvimento.

Neste contexto, além de muitas outras políticas, insere-se o esporte e lazer. Confundido muitas vezes com o esporte espetáculo (melhor descrito mais a frente), torna-se um argumento da população, que cobra políticas para essa área em suas comunidades.

Para fim de se ter um entendimento melhor sobre o esporte e políticas públicas, os dois próximos tópicos discorrerão sobre estes assuntos, procurando descrevê-los de forma breve, apenas para melhor entendimento.

2.2.1 Do Esporte

Trataremos o esporte sobre a visão de BRACHT (1997) quanto a sua divisão como indica o autor, em: a) Esporte de alto rendimento ou espetáculo; e b)Esporte enquanto atividade de lazer.

O esporte de alto rendimento é a reprodução do mundo capitalista, disputas, competições, marketing, etc. Existem os que competem e os que compram, gerando o mercado esportivo com seus artefatos materiais e transmissões pela mídia. Não se pode deixar de lado a busca pelo talento, pelo novo, pelo imbatível, o melhor. De forma excludente, vai se selecionando os aptos e moldando estes aos interesses

não apenas do desenvolvimento do esporte, mas interesses mercadológicos e empresariais. Fascina os “excluídos” que no meio do processo tornaram-se a base econômica deste. O Estado, muitas vezes, é quem também financia o espetáculo, montando programas destinados a formar novos talentos ou dando subsídios ao seu desenvolvimento através de suas práticas políticas, como organização de competições de alto nível ou através de patrocínio, por exemplo.

Já o esporte como atividade de lazer, se prende nas formas estipuladas pelo primeiro, valorizando a performance e reproduzindo as táticas e técnicas dos atletas profissionais, bem como o estereotipo adotado quanto ao material utilizado e equipamentos especiais para a sua prática nos espaços públicos. Mais uma vez, vemos a exclusão de muitos, visto que aqueles que não possuem disponibilidades financeiras para a compra de dado material não praticam determinadas modalidades. Por outro lado, o esporte como atividade de lazer abre espaço à confraternização social, interesse por hábitos relacionados à saúde e ocupação do tempo livre, gerando uma integração entre as pessoas e grupos específicos com o mesmo interesse (STIGGER, 1998, p.89).

São questões um tanto complexas quanto a enxergar o esporte neste sentido, do lazer, do direito social, visto que este utiliza não apenas, em muitos casos, a reprodução do esporte de alto rendimento, mas também o espaço de prática, como quadras e campos específicos, por exemplo.

Nesta definição, o que procuramos entender mais é o esporte como atividade de lazer. As políticas públicas que os governos deveriam desenvolver para que houvesse a participação de todos, como sugerem os ideais democráticos, gerando um estado de bem estar social, e não ocorrer da forma como vemos hoje, com a exclusão de grupos de pessoas, a utilização do esporte como identificador de classes, a falta de espaços públicos, etc. Devemos encarar o esporte neste âmbito com convivência cultural, social, que estabelece relações entre grupos e a sociedade através de sua prática.

2.2.2 Das Políticas Públicas

O Estado é quem detém a chave para todo o desenvolvimento social, econômico, político, entre outros, através de seu poder de gestão. É ele quem

elabora políticas para os mais variados setores, com ideal de atender a toda população, democratizando acessos e equilibrando desigualdades sociais, etc. Entender o esporte como um direito social, implica nesse aspecto, que haja uma intervenção do Estado, elaborando políticas para sua oferta entre a população como forma de garantir esse direito (STAREPRAVO; NUNES; MEZZADRI, 2004, p. 120).

Mas será que o poder público zela por esse direito na área de esporte e lazer?

O que é possível notar hoje em dia nas políticas públicas para o esporte e lazer, são as soluções imediatistas, os eventos passageiros, que dizem zelar pela saúde e qualidade de vida da população pela promoção de atividades físicas e esportivas. Outra forma também conhecida é a doação de material, doação de uniformes ou construção de quadras, ginásios, pistas de skate e outros, principalmente em épocas de campanhas eleitorais. Mas de que adianta essa oferta de materiais e estrutura (que muitas vezes é precária e não recebe nenhum tipo de manutenção), se não há políticas voltadas para a participação popular, a oferta e disponibilidade de modalidades não excludentes e que atendam a todos?

Por se tratar de questões delicadas, como estas, existem dificuldades em explicar o que são essas políticas e se realmente possuem um âmbito social e democrático a participação de todos, sem restrição de classe econômica, raça, deficiência, etc.

Para esclarecer o que vem a ser política social, ou melhor, direitos sociais, tomo por base o que LINHALES (1998, p.78) retrata:

...pressupõe a garantia e provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou áreas sociais implicadas na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas.

A partir desse pressuposto, quanto ao direito social, às políticas públicas realizadas no Estado devem zelar por esse direito. Desde que o Estado passou a organizar e elaborar essas políticas, o esporte deixou de ser propriedade de uma classe favorecida, propiciando às demais camadas sociais formas de praticá-lo, mesmo que essas formas se caracterizem com práticas que vemos hoje.

Desse fato, nota-se que o esporte passa a ser encarado então como um fenômeno social, em que a sociedade reivindica e o Estado deve produzir respostas

a essas solicitações. Existem três eixos teóricos básicos que retratam essa intervenção do poder público, são elas: primeiramente, o eixo orientado pela teoria marxista em que o esporte é tido como forma de manipular o povo frente aos interesses capitalistas; o segundo eixo, também de orientação marxista, demonstra que o esporte tem um cunho cultural, em que formas dominantes encontraram refúgio para manter sua hegemonia; o terceiro, e último eixo, trata o esporte percebido como um eixo civilizatório, pautado na teoria de Norbert Elias, que mostra a sociedade adquirindo valores e se configurando (NUNES; STAREPRAVO; MEZZADRI, 2004, p.135).

A Teoria de Norbert Elias, sobre essa configuração social, pode ser bem descrita em GEBARA citado por CAVICHIOILLI (2000, p. 27):

Sem querer simplificar esta polêmica, mas apenas como ponto de partida para compreender o pensamento de Elias, em linhas gerais pode ser dito que, se para os marxistas o trabalho é a referência fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais e históricos, para Elias, se além de produzir seus meios de subsistência, o homem não se defender, ele se torna também caça/ alimento. O homem, além das suas relações de produção vive em cadeias de interdependência, isto é, aproximando-se de outros homens através de laços que se articulam de maneira diversificada. Essencialmente trabalha com padrões de interdependência em processo de mudanças, rearticulando relações de poder entre os indivíduos e sociedade.

A sociedade, sendo então um grupo de pessoas, é moldada por estas, pelo homem, gerando interconexões e ações humanas, que vão constituir estruturas dessa sociedade, como a família, cidades, o estado, entre outros, fazendo com estes sejam operantes e funcionem com um fim em si, como por exemplo, a elaboração de políticas sociais por parte dos órgãos governantes.

No texto de MEZADDRI (2004), sobre pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer, o autor retrata a questão teórico-metodológica de como são construídas essas políticas conforme a relação (gestão) que o Estado possui com a população. Baseado nas análises realizadas por SPINK citado por MEZZADRI (2004), o autor descreve três formas ou propostas de gestão, a Tradicional, a Simbólica Moderna e a Participativa. Na gestão Tradicional, o governo concentra todas as atenções e decisões. Trata-se de um governo autoritário que interpreta as necessidades da população e os cidadãos possuem raras ou nenhuma participação nos confrontos políticos de formas democráticas. A segunda gestão é a do Estado Simbólico, com estrutura um pouco mais complexa, em que o Estado é um regulador de serviços, em que a população pouco participa, mas pode buscar soluções junto a

um governo mais eficiente e técnico. A terceira e última proposta de gestão, é a Participativa, em que a população tem uma participação mais ativa perante as decisões dos governantes, expondo suas necessidades e cobrando soluções em conjunto ao poder público (SPINK citado por MEZZADRI, 2004, p. 297).

Além dessa conformação da gestão do Estado, também existem outras teorias quanto à forma que este assume. Teorias que descrevem a forma atuante do governo, entre elas, as mais conhecidas são a Pluralista e a Marxista.

A teoria pluralista é a ideologia representada nas democracias capitalistas, em que o Estado deve zelar pelos interesses da maioria, de forma a governar para um todo que coloca os dirigentes no poder e, esperam destes, soluções aos seus problemas. Essa teoria divide-se nas vertentes Pluralista Funcionalista e Pluralista Conflitualista. A primeira sugere que as necessidades da elaboração de políticas públicas são decorrentes dos processos de urbanização e industrialização que causaram rupturas na sociedade. Essas políticas seriam aplicadas com intuito de prevenir possíveis manifestações que prejudicassem o desenvolvimento do Estado. A vertente Conflitualista já encara que essas mudanças realmente causaram rupturas no sistema, porém a elaboração de políticas sociais tem por objetivo a organização dos setores e grupos da sociedade em sindicatos, organizações sociais, etc, que possam intervir junto ao poder público aclamando por soluções as suas necessidades, ou seja, o importante é a mobilização social e não apenas a prevenção como propõe a outra vertente (STAREPRAVO; NUNES; MEZZADRI, 2004, p.121, 122).

A teoria Marxista é baseada na análise do Estado e da sociedade, com base na teoria de Marx. Ela acredita que o cidadão é quem age sobre o Estado e não o Estado que age sobre o cidadão, considerando que o poder público é uma forma de dominação da sociedade frente aos interesses burgueses. Toda ação do governo, ao elaborar políticas sociais, justifica-se na forma de produção existente, em que para se ter um controle da situação, sufocando possíveis revoltas, são executadas tais políticas para gerar um estado de bem estar social baseado na necessidade do acúmulo do capital. Esta teoria também se divide em duas vertentes, assim como na teoria Pluralista, existe a vertente Marxista Funcionalista e a Marxista Conflitualista. Na primeira, o principal argumento para a geração de políticas sociais por parte do Estado está pautado na meta que este tem em garantir o fortalecimento do mercado,

em ações preventivas e sistêmicas para a conservação da sociedade capitalista. A vertente Conflitualista entende que o desenvolvimento de políticas sociais é resultado de problemas na sociedade que ganham legitimidade a partir da organização desta, seja pela classe trabalhadora ou pela classe dominante no interesse de garantir seu próprio poder, ou seja, há uma intervenção da sociedade junto ao Estado na busca por valer seus direitos. (STAREPRAVO; NUNES; MEZZADRI, 2004, p. 124).

É evidente que existem formas de políticas sociais com os mais variados intuitos, desde os autoritários aos democráticos e participativos, e que muitas vezes esbarram nas condições da sociedade, como algumas deficiências que verificamos no dia a dia (miséria, fome, etc.), outros que possuam uma idéia reformuladora, nova, etc. Também existem políticas que não tem sentido algum em garantir direitos sociais, mas que se caracterizam muitas vezes excludentes, ao segregar grupos participantes ou são pautadas pelo esporte espetáculo, procurando aliar os ideais “profissionais” sobre os “sociais”, por isso, esse trabalho se prende a análise do CATES, da prefeitura municipal de Curitiba.

Como o nome o sugere, “Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos”, cabe verificar o que vem a ser esse “talento”. Se é uma forma de reproduzir o esporte de alto rendimento, montando uma fábrica de atletas com cunho direcionado ao culto a performance, ou se atende uma necessidade da população, zelando pelo estado bem estar social desta, garantindo direitos sociais e o direito universal à pratica esportiva.

2.3 POLÍTICAS MUNICIPAIS DE ESPORTE E LAZER EM CURITIBA

Antes de começar especificamente a falar sobre o CATES, destaco aqui quais os objetivos do Programa de Promoção de Esporte e Lazer, dentro das metas e prioridades da administração municipal da cidade de Curitiba: “Estimular a prática de esporte, lazer e atividades físicas para o desenvolvimento de potencialidades do ser humano, visando seu bem-estar, sua promoção social e sua inserção na sociedade, consolidando sua cidadania”.

Com isso, conforme descrito anteriormente, podemos analisar e comparar os objetivos estipulados pela administração municipal em relação ao esporte, partindo

para a análise de um dos projetos que esta apresenta em sua gestão (O CATES), com elaboração e execução destinada a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

2.4 O PROGRAMA CATES

Em 1998, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba, implanta o programa CATES (Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos), para oferecer um treinamento esportivo em nível avançado às crianças e adolescentes de faixa etária compreendida entre 10 e 16 anos, que se destacavam nas escolas ou demais centros esportivos.

O programa CATES iniciou dentro de seus espaços próprios: os Centros de Esporte e Lazer, antigos “CELS” distribuídos pela cidade, que ofereciam atividades esportivas orientados por professores e estagiários de educação física.

A idéia de trabalhar com a performance dependeria de um trabalho de massificação do esporte que não estava ocorrendo até então. A iniciação esportiva estava limitada a algumas escolas particulares e alguns clubes esportivos.

O CATES parte, então, para o grande desafio: massificar o esporte e dar oportunidade a cada cidadão de praticar atividades de iniciação esportiva, incluindo pessoas portadoras de necessidades especiais.

Para isso, seria necessário extrapolar seus limites de atuação formalizando parcerias com entidades que pudessem disponibilizar suas instalações para o atendimento as comunidades, levando o programa a todos os pontos da cidade, disponibilizando para tal, mais espaços, pessoal qualificado e material esportivo.

O programa passou a contar com a adesão de outras secretarias municipais, já que suas propostas vieram de encontro aos trabalhos sociais que estas realizavam. Firmaram-se parcerias com instituições de ensino superior, aproveitando as atividades que desenvolvem, e com clubes esportivos e sociais que se beneficiam da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, devendo prestar uma contrapartida ao município.

Para atingir a população mais carente, a parceria foi estabelecida com Associações de Moradores de Bairros, objetivando criar nessa um espírito autônomo para que pudessem administrar e executar o projeto na comunidade.

Assim, as ações que eram desenvolvidas somente pelos Centros de Esporte e Lazer, passaram, através das parcerias, a serem realizadas com instituições de ensino superior, clubes esportivos e sociais e nos “campinhos” e quadras esportivas existentes nos bairros gerando um aproveitamento melhor destes espaços.

Estes avanços implicaram na divisão do CATES, conforme descrito acima, em CATES CELs, CATES Convênios e CATES Associações.

2.4.1 Modalidades Esportivas

O CATES iniciou oferecendo algumas atividades que poderiam ser praticadas em todos os CELs, aproveitando a estrutura destes, são elas: atletismo, basquetebol, futebol de areia, futebol de salão, handebol e voleibol. Porém, à medida que incorporou novos espaços, através das parcerias firmadas, foi possível ampliar a oferta de atividades de acordo com a estrutura física disponível de cada local.

Além das modalidades já citadas, o programa oferece hoje as seguintes atividades de iniciação esportiva e lazer para comunidade: beach soccer, boxe, ciclismo, dança, futebol de campo, ginástica artística, tênis de campo, tênis de mesa e xadrez.

Essas modalidades são ofertadas e regulamentadas com apoio das federações representantes de cada esporte, como ocorre com o Tênis de campo, por exemplo.

2.4.2 Os Objetivos do CATES

De acordo com o projeto, o CATES tem como objetivos principais fomentar a rede de atenção à criança cidadã de Curitiba, através do esporte; fomentar a prática esportiva como importante complemento na formação integral dos alunos, educando através do esporte para a vida; destacar a função social do esporte através de princípios de educação, cidadania, saúde, socialização e integração; revelar e desenvolver talentos esportivos, procurando encaminhá-los ao esporte de alto nível em clubes esportivos e/ou estabelecimentos de ensino; incentivar, através da prática esportiva, a organização da comunidade em associações bairros, contribuindo para

a formação de uma sociedade saudável e participativa; viabilizar, através de parcerias, o aproveitamento pela comunidade mais carente, de áreas esportivas de instituições de ensino superior e clubes esportivos e sociais; proporcionar a capacitação de profissionais voluntários através de assessoramento em diversas modalidades; proporcionar aos freqüentadores do CATES, a participação em eventos esportivos de alto nível, visando incentivá-los para a prática esportiva.

2.5 AS VERTENTES DO CATES

2.5.1 O CATES CELs

Os Centros de Esporte e Lazer (CELs) são os locais que pertencem a própria Prefeitura Municipal, e aonde são desenvolvidas atividades de iniciação de esportes por professores e estagiários do curso de educação física, contratados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) e pelo Instituto de Administração Pública (IMAP) respectivamente, e são diretamente vinculados a gerência da regional em que, geograficamente, pertencem. Atualmente existem 29 CELs, cada um com sua característica e peculiaridade.

Com uma coordenação própria, têm autonomia para, conforme sua estrutura física e clientela, escolher e desenvolver suas atividades, que incluem as de outros programas criados pela secretaria.

Essa autonomia é uma forma de garantir melhor integração e desenvolvimento do projeto em regiões mais afastadas do centro da cidade, já que, tendo maior poder de decisão, a instauração de novas atividades é privilegiada pela agilidade de não ter que passar por todo processo burocrático que seria imposto se tivesse de recorrer até o órgão central, gerando além dessa implementação mais rápida, garantindo também um desafogamento de pedidos e processos diretos na secretaria municipal.

2.5.2 O CATES Convênios

Através das parcerias, são desenvolvidas, nas instalações das instituições de ensino superior e clubes ou associações, que cedem seus espaços físicos,

oferecendo para a comunidade mais uma opção de atividade esportiva/ formativa, e para seus acadêmicos, através da prática de estágios, um complemento de ensino.

Assim, os convênios fechados entre as instituições e clubes, dividem o CATES Convênios em: CATES Natação, em parceria com o Centro Universitário Positivo (UNICENP), que cede a estrutura (piscina) em contra turno as atividades acadêmicas neste local, bem como cede material utilizado, como bóias, entre outros, e instrutores (acadêmicos de educação física), etc.; CATES Especial Natação, também em parceria com o Centro Universitário Positivo (UNICENP), gerando um atendimento a pessoas com necessidades especiais e a idosos, com aulas de hidroginástica e natação; CATES Handebol, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e com a Paraná Esporte para criar o Centro de Excelência do Handebol, ficando a cargo destes a disposição do espaço físico, material e instrutores; CATES Seleção de Futebol de Campo, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Função de Ação Social (FAS), Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), tornando-se um projeto mais elaborado, executando além das atividades esportivas, também um acompanhamento nutricional e de desenvolvimento social com os participantes envolvidos; CATES Tênis de Campo, em parceria com a Federação Paranaense de Tênis (FPT) dentro do projeto PIT (Projeto de Iniciação ao Tênis), disponibilizando material e formas de implementação to Tênis na comunidade; CATES Tênis de Mesa, em parceria com a Federação Paranaense de Tênis de Mesa (FPTM) e Sociedade União Juventus e, por fim, o CATES Itinerante, que conta com uma estrutura mais voltada para a recreação e lazer, circulando por pontos da cidade e executando nestas atividades recreativas com a população.

Para garantir o acesso da população a estes espaços, a prefeitura disponibiliza ônibus que partem das regionais mais próximas de acordo com a localização destas instituições.

Além do atendimento a crianças e adolescentes, também há, em algumas instituições, a oferta de atividades a comunidade adulta e funcionários destes estabelecimentos.

Para incentivar mais a prática esportiva, dentro de cada modalidade ofertada, existem campeonatos inter-CATES, onde cada regional do projeto inscreve suas equipes, de forma a disputar um campeonato municipal. Além destes campeonatos

realizados entre as sedes do projeto, há também a inscrição de algumas equipes em campeonatos de nível estadual e até de nível nacional, como a Copa Sul de Futebol, que contou com a participação de vários atletas defendendo a seleção do CATES.

Outro fator, dentro do CATES Convênios, foi a parceria fechada com clubes de futebol, que cederam alguns ingressos aos participantes do programa, gerando o CATES Estádio, que possibilitava a comunidade acompanhar alguns jogos destes clubes no campeonato brasileiro de 2003. A URBS, empresa que administra o transporte urbano em Curitiba, cedia ônibus gratuitamente, de modo a garantir o deslocamento destes participantes do bairro ao estádio e do estádio ao bairro novamente.

Uma parceria importante foi a firmada a partir do PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil do Governo Federal). Esse programa paga uma bolsa auxílio às famílias carentes, que por sua vez, se comprometem a garantir a frequência de seus filhos a escola e, no contra turno as atividades escolares, a prática de algum tipo de atividade, evitando assim o trabalho infantil e/ ou marginalização destas crianças durante o tempo ocioso.

2.5.3 O CATES Associações

Foi criado para proporcionar à população mais carente, atividades de iniciação esportiva, próximas de suas casas, na periferia da cidade.

Contando com a participação de voluntários dessas comunidades, a Prefeitura Municipal, consegue oferecer uma iniciação esportiva orientada, saudável no período do contra turno escolar, aonde somente com recursos próprios não teria condições de desenvolver.

Promove, desse modo, um benefício social, uma vez que envolve essas crianças com atividades que contribuem com o seu desenvolvimento integral, e incentiva as comunidades a se organizarem em Associações de Bairro e de Moradores.

Uma vez criada a Associação, conforme regem as leis do município, ela pode se cadastrar no programa através da regional da SMEL (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer), necessitando definir as modalidades esportivas que irá desenvolver e apresentar aos voluntários que ensinarão as crianças.

O CATES fornece material esportivo básico, necessário para o início das atividades, conforme as modalidades escolhidas. Periodicamente é feita uma nova distribuição de material, mas em quantidade que varia conforme o número de praticantes em cada local. Dados baseados nos relatórios que estas associações devem emitir mensalmente, é uma das obrigações impostas pela parceria como forma de zelar pelo bom funcionamento do programa e de se ter por base a demanda da população atendida.

Os profissionais da SMEL, que atuam nas regionais, se encarregam de supervisionar estas atividades, comprovando os dados dos relatórios, e dando apoio necessário para que estas se desenvolvam com qualidade.

Para capacitar voluntários, visando aprimorar as aulas/ treinamentos, o CATES promove clínicas esportivas, ensinando teórica e praticamente os fundamentos básicos das modalidades de maior interesse e procura nas Associações.

Como forma de motivar os grupos de treinamento, são organizados os Torneios inter-CATES CELs e Associações, com as modalidades esportivas mais praticadas nestes. A exemplo, pode-se citar o campeonato de xadrez realizado desde 2003 entre estas, contando com a participação de crianças a adultos.

Atualmente mais de 100 associações de moradores estão cadastradas no programa, o que contribui para normatizar a entrega de material esportivo à população, priorizando o lado social e seu bem estar.

2.6 AVALIAÇÕES DO CATES

Para se ter uma noção do andamento do programa, existe uma necessidade da elaboração de relatórios por parte das regionais do CATES bem como de suas vertentes. As associações, como mencionado, emitem um relatório denotando a capacidade de atendimento gerado, as atividades propostas e executadas e a descrição de todo material que possuem e a solicitação de novos materiais.

Além destes relatórios, os acadêmicos de educação física que exercem as atividades no programa, executam seus relatórios e encaminham para um supervisor, tanto para a universidade quanto para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, dentro do departamento do CATES.

A partir destes relatórios, são traçadas novas metas para o programa, como a distribuição de material, inclusão ou exclusão de modalidades, melhora no atendimento, etc.

É também a partir destes dados que são traçadas algumas das rotas do CATES Itinerante, para levar atividades de lazer e recreação à determinada comunidade, verificando também a aceitação de eventos como este por parte da população local.

Com a demanda dos relatórios emitidos e outros trabalhos que passaram a ser elaborados, bem como dados que estão sendo organizados, a diretoria do programa está para lançar um livro sobre o CATES, retratando-o na íntegra desde sua criação, em 1998 até o final da administração do PFL, em 2004, com o prefeito Cássio Taniguchi.

3.0 METODOLOGIA

O trabalho se pautou na revisão de literatura existente quanto aos aspectos históricos e sociológicos do esporte, bem como na descrição dos temas e tópicos abordados para discutir políticas públicas em sua definição e aspectos.

Para análise e levantamento sobre o programa CATES e as políticas municipais de esporte e lazer, foram utilizados materiais como documentos e arquivos da Prefeitura Municipal de Curitiba, mais precisamente uma pesquisa realizada nas fontes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

4.0 DISCUSSÃO

O esporte em seu contexto histórico nasceu de uma forma elitista, praticado por altas classes que utilizavam deste para firmar seu status perante a sociedade. Mais tardiamente, tornou-se reivindicação de classes trabalhadoras, e passava a adquirir mais adeptos e espectadores, o que culminou no surgimento dos jogos olímpicos.

Até esse momento, como observado, não havia uma interferência direta do Estado em garantir sua prática ou utilizá-lo de alguma maneira para fins políticos.

Quando o Estado interveio junto ao esporte, foi para utilizar este como forma de manipular a população frente a seus interesses, como decorrido na Alemanha de Hitler e no Brasil durante o governo militar.

Após este período, com instauração de governos democráticos, a população passa a participar mais da política do Estado, demonstrando suas dificuldades e esperando de seus governantes soluções a suas necessidades. Por isso, estudar políticas públicas, mais precisamente no esporte, é um fato relevante para a Educação Física, procurando entender o contexto social dos projetos elaborados pelo poder público, verificando se estes condizem com uma necessidade da população ou atende apenas interesses políticos.

Ao entrar no estudo do projeto CATES, um projeto da prefeitura municipal de Curitiba na gestão 2001 a 2004 em sua política pública para esporte e lazer, o que me chamou a atenção foi o próprio título, surgindo a pergunta sobre o que seria esse “aprimoramento ao talento esportivo”.

Antes de entrar na discussão sobre o que vem a ser esse “talento esportivo”, recorreremos aos objetivos das políticas públicas, que deveriam atender a algumas necessidades da população, bem como amenizar algumas diferenças sociais, contribuindo para o bem-estar, integração e desenvolvimento pessoal.

Esse “aprimoramento ao talento esportivo”, atentava para o fato de que este projeto pudesse se tratar de uma política discriminatória, elitista, valorizando apenas aqueles com certas potencialidades atléticas ao invés de uma política social, integrada aos anseios da população, tanto é que a pergunta norteadora deste trabalho é se o CATES é uma política social, por isso, o interesse em estudar este programa da secretaria municipal de esporte e lazer de Curitiba.

A resposta a pergunta, de acordo com a revisão bibliográfica sobre o tema e análise do projeto do programa, demonstra, que ao menos na teoria, na elaboração e relatório do projeto, o CATES é uma política social, atendendo não só a formação (aprimoramento) de possíveis atletas (talentos), o que se fosse restrito a esse aspecto se caracterizaria em política elitista, valorizando o resultado e desempenho, mas também oferece a comunidade muitos dos aspectos discutidos neste trabalho sobre o tema políticas públicas, com por exemplo, a forma de democratizar a prática esportiva entre a população, principalmente na periferia da cidade, oferecendo a estas subsídios que incitem a autonomia dos grupos a se organizarem e executarem o programa e suas atividades esportivas.

Toda essa conformação exposta nos documentos analisados demonstra que se pode traçar um paralelo entre a forma da gestão do Estado e das teorias apresentadas. A exemplo, podemos tomar as vertentes conflitualistas, das duas teorias (Pluralista e Marxista), em que a sociedade deve intervir junto ao Estado, se organizando em associações, sindicatos e outros grupos, como forma de reivindicar seus direitos, e é o que ocorre dentro do projeto, como no descrito nos CATES Associações, em que a comunidade se organiza e desenvolve autonomia para incentivar a prática esportiva, bem como relatar a instituição competente, no caso a secretaria municipal de esporte e lazer, suas dificuldades, seus desempenhos e avanços com o projeto ali implantado.

Outro fato importante é a parceria firmada entre clubes e instituições, em que foi possível utilizar o espaço destes para aulas de natação e atendimento a pessoas com necessidades especiais, como decorrido na parceria firmada com a UNICENP, em que não só crianças envolvidas com o projeto puderam usufruir dessa prática, mas também a comunidade residente nas proximidades da instituição, de maneira que até a locomoção destes foi garantida em parceria firmada com a empresa responsável pelo transporte urbano na cidade. Vemos que nesse aspecto há uma preocupação dos órgãos públicos em democratizar o esporte e gerar um estado de bem estar social.

Além deste, com a busca de apoio, o programa conseguiu expandir sua atuação na cidade, bem como aumentou a faixa etária de atendimento, beneficiou classe sociais menos favorecidas, com a prática de algumas modalidades que extrapolavam a estrutura física dos locais aonde estas residiam, visou colaborar no

desenvolvimento social das comunidades envolvidas e administrou bem as formas advindas do esporte espetáculo, ocorrendo uma aproximação cultural e acesso das pessoas carentes ao estádio, por exemplo, para acompanharem partidas de futebol, o que também é caracterizado dentro do bem estar social. Enfim, toda a estrutura abarcada no projeto (teoria) do programa, caracteriza o CATES como uma política social.

5.0 CONCLUSÃO

Durante algum tempo, pouco antes de encerrar este trabalho, havia realizado algumas pesquisas insistentes na secretaria municipal de esporte e lazer sem muito sucesso na busca por algum documento que descrevesse o CATES na forma como foi exposta aqui. Tudo o que encontrava eram apenas números de atendimento e algumas fotos, o que me levaria a concluir que o programa não se tratava de uma política social, mas sim que valorizava muito mais a quantidade (número de pessoas que por este passavam), ao invés de prezar pela qualidade e continuidade do programa oferecido a população.

Esse fato demonstra o quanto é escasso o material pertinente a políticas de ações sociais de posse destes órgãos públicos. Muitas vezes tudo o que se encontra são informações vagas que requerem mais respostas. Respostas estas que em muitos casos são orais, nada descrito, o que pode comprometer com a credibilidade da pesquisa.

Felizmente, em uma das várias vezes em que solicitava um documento ou outro, foi possível encontrar algo impresso, de 2004, que descrevia o programa bem como continha alguns tópicos sobre o funcionamento do CATES, suas parcerias e atendimento. Foi com base neste documento que surgiu a constatação de que o programa, ao menos na teoria, trata-se de uma política pública social, democratizando o esporte para a população de várias classes, principalmente as menos favorecidas em nossa sociedade, assim como proporciona a prática de atividade física à pessoas com necessidades especiais, graças a parcerias fechadas com outras instituições, o que demonstra que não há um descaso com estas pessoas por parte da administração municipal.

Portanto, foi com base neste único documento encontrado, que se pode responder a pergunta norteadora deste trabalho, já que outros materiais não compunham bases teóricas concretas a métodos científicos, a não ser relatórios de encomenda de materiais, etc.

Finalizando, o trabalho aqui apresentado, se pautou em analisar o CATES, mais precisamente sua elaboração e aplicação teórica, procurando responder ao problema aqui proposto. Não se preocupou em avaliar o programa da prefeitura na prática, verificando se de fato o projeto funciona como descrito, tentando identificar

possíveis questões e dúvidas sobre sua execução, o que poderá ser feito futuramente, em novos trabalhos sobre o funcionamento deste, ou de programas parecidos em administrações posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRACHT, V. A gênese do esporte moderno. In:_____. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997, p. 10-16

CAVICHIOILLI, F. Configurações sociais em processo. **Conexões**, Campinas, n. 5, p. 27-34, dezembro. 2000

FILHO, C. R.; FERREIRA, M. H.; CORRÊA, C. X. Futebol: paixão e política na construção da identidade nacional: a copa do mundo de 1938 vista no interior do país. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 9, 2004, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2004. p. 418-426. 1 CD-ROM.

GEBARA, A. Esportes: cem anos de história. In:_____. ENCONTRO NACIONAL DA HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3, 1995, Curitiba. **Esportes: cem anos de história**. [S.1.: s.n.], 1995

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

LENHARO, A. A militarização do corpo. In:_____. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986, p. 75-105

LINHALES, Meily. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In MARCELINO, Nelson C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, p. 31-56. 2001

_____. São as políticas públicas para a educação física/ esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p.71-81, setembro. 1998

LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizatório**. Campinas: Autores Associados/ CBCE. 2001

MEZZADRI, F. M. Pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer: uma história recente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 9, 2004, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2004. p. 295-303. 1 CD-ROM.

NUNES, R. J. S.; STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M. Jogos do SESI: a influencia no desenvolvimento do esporte da classe operária paranaense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 9, 2004, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2004. p. 133-140. 1 CD-ROM.

PANZETTI, H.A.; *et al.* **Desporto de base: compromisso com a democratização e cidadania**. Indaiatuba: Rumograf, 1996

PILATTI, L. A. Reflexões sobre o esporte moderno: perspectivas históricas. In: PRIMEIRO PÊMIO INDESP DE LITERATURA ESPORTIVA, 1999, Brasília. **Anais...**, Brasília: Publicações INDESP, 1999. V.1, p. 257-288

PIRES, G. L. Breve introdução ao estudo de processos de apropriação social do fenômeno esporte. **Revista de Educação Física/UEM**, Maringá, v.9, n.1, p. 25-34, 1998

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, **Programas de Governo da Administração Municipal 2002-2005**, 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer** – Centro de Aprimoramento de Talentos Esportivos – CATES, 2004.

SALGUEIRO, S. C. N. As transformações ocorridas no esporte a partir das sociedades de corte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 8, 2002, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2002. p. 01-05. 1 CD-ROM.

SCHERER, A. A educação física e o esporte no Brasil a partir da crise dos anos 60: uma visão crítica. **Ciência em Movimento**, Porto Alegre, n.6, p., 2001

SOARES, C. L. As bases políticas, econômicas e sociais da educação física. In:_____. Educação física: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994. p. 9-83

STAREPRAVO, F.A.; NUNES R. J. S. A relação entre esporte e Estado segundo as vertentes pluralista marxista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 9, 2004, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2004. p. 120-126. 1 CD-ROM.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tornar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p. 83-96, setembro. 1998

ZINGONI, P. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à congestão. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p. 31-46, setembro. 1998